

INFÂNCIA - JUVENTUDE  
CULTURA - DESPORTO

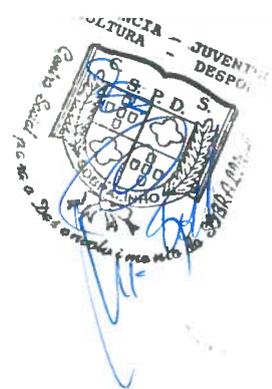


**Anexo às Demonstrações Financeiras  
Exercício de 2017**



## Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2017



### Índice

1. Identificação da Entidade .....	3
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1. Bases de Apresentação .....	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	10
5. Ativos Intangíveis .....	11
6. Investimentos Financeiros.....	12
7. Locações.....	12
8. Inventários .....	13
9. Rédito .....	13
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	13
11. Subsídios e outros apoios das entidade públicas.....	13
12. Ativos e Passivos Financeiros.....	14
12.1. Equivalentes de Caixa .....	14
12.2. Créditos a receber e outros ativos correntes .....	14
12.3. Financiamentos Obtidos .....	15
12.4. Fornecedores e outras contas a pagar .....	15
13. Gastos com Pessoal e benefícios dos empregados .....	16
14. Diferimentos.....	17
15. Fundos Patrimoniais .....	18
16. Estado e Outros Entes Públicos .....	18
17. Fornecimentos e serviços externos .....	19
18. Outros rendimentos.....	19
19. Outros gastos .....	20
20. Resultados Financeiros.....	20
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
22. Acontecimentos após a data do Balanço .....	21



## 1. Identificação da Entidade

---

Designação da Entidade: Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

Sede Social: Rua Duque de Terceira 65, Sobralinho

Natureza da atividade: Atividades de cuidado para crianças, sem alojamento

A Instituição desenvolve atividades vocacionadas para Apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio e integração social e comunitária, apoio a idosos, desporto, recreio e cultura.

No sector da infância o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho tem como objetivo: proporcionar experiências e oportunidades para o desenvolvimento harmonioso da criança, no domínio afetivo-social, psicomotor e intelectual, em estreita colaboração com o meio de inserção da criança na família e na comunidade.

No sector de apoio ao idoso o Centro Social tem como objetivo proteger as situações de invalidez, de falta ou diminuição dos meios de subsistências ou de incapacidade para o trabalho.

No sector Cultura e Desporto, Sede, com bar e sala de convívio, promovemos, espetáculos de teatro, de música, exposições, e mantemos em atividade Ginástica de Manutenção, Danças Modernas, Taekwondo, Futsal, Ténis de Mesa, Natação e Formação Profissional.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com a redação atual do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do regime da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que as mesmas devem transmitir.

As demonstrações financeiras de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com as demonstrações financeiras de 2016.



### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (especialização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os inventários são reconhecidos como gastos, pelo método FIFO, à medida que vão sendo consumidos, no mesmo período em que o rédito é reconhecido.

### 3.2.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto no normativo contabilístico - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas pela totalidade, sempre que exista um risco evidente de não cobrança, sendo registadas por contrapartida de resultados e subsequentemente revertidas, também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidas pelo seu valor nominal.

#### Investimentos financeiros

A Instituição mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os investimentos financeiros com maturidade definida e em que os retornos sejam



## Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2017



de montante fixo, com taxa de juro fixa durante toda a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os demais investimentos financeiros são mensurados ao justo valor, por contrapartida de resultados. Nestes casos, os custos de transação não são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro.

### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram -se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;



- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente: (i) existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; (ii) é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; (iii) pode ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletirem as melhores estimativas a essa data.

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, procedendo-se à sua divulgação quando seja provável que uma entrada ou saída de recursos económicos se verifique no futuro.

### 3.2.7. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

### 3.2.8. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A Entidade presta serviços de carácter continuado, os quais, normalmente, fatura no próprio mês em que os serviços são prestados, procedendo ao reconhecimento do rédito na mesma data.

### 3.2.9. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos pelo justo valor recebido ou a receber; neste caso, aquando da aprovação da sua concessão pelos organismos concedentes.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período de execução do contrato/programa, na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2017



sistemática proporcional às depreciações e amortizações dos bens a que se referem.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

### **3.2.10. Imposto sobre o Rendimento**

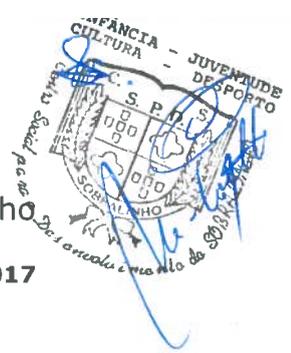
A Instituição encontra-se isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo do artº 10º do Código do IRC.

### **3.2.11. Benefícios aos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, complementos por isenção de horário de trabalho, subsídios de férias, de Natal e de condução, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são também incluídas as contribuições para a Segurança Social, calculadas de acordo com a incidência contributiva prevista na legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo a cada ano civil vence-se no dia 1 de Janeiro do ano imediato, pelo que, as férias e subsídios de férias referentes ao período de reporte, somente são pagos no período seguinte. Assim, os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



#### 4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	<b>Terrenos</b>	<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Equipamento básico</b>	<b>Equipamento transporte</b>	<b>Equipamento administrativo</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2016</b>							
Custo de aquisição	72.321,20	898.712,55	329.425,67	265.022,75	149.166,76	24.285,90	1.738.934,83
Depreciações acumuladas	-	(767.587,96)	(295.059,60)	(230.837,00)	(148.744,47)	(21.473,58)	(1.463.702,61)
<b>Valor líquido</b>	<b>72.321,20</b>	<b>131.124,59</b>	<b>34.366,07</b>	<b>34.185,75</b>	<b>422,29</b>	<b>2.812,32</b>	<b>275.232,22</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>							
Adições	-	-	5.019,42	-	1.937,70	-	6.957,12
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(37.270,58)	(9.459,47)	(12.276,73)	(699,60)	(373,76)	(60.080,14)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>72.321,20</b>	<b>93.854,01</b>	<b>29.926,02</b>	<b>21.909,02</b>	<b>1.660,39</b>	<b>2.438,56</b>	<b>222.109,20</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>							
Custo de aquisição	72.321,20	898.712,55	334.445,09	265.022,75	151.104,46	24.285,90	1.745.891,95
Depreciações acumuladas	-	(804.858,54)	(304.519,07)	(243.113,73)	(149.444,07)	(21.847,34)	(1.523.782,75)
<b>Valor líquido</b>	<b>72.321,20</b>	<b>93.854,01</b>	<b>29.926,02</b>	<b>21.909,02</b>	<b>1.660,39</b>	<b>2.438,56</b>	<b>222.109,20</b>

As adições de ativos fixos tangíveis durante o exercício de 2017 correspondem aos seguintes bens:

Frigideira Basculante a gás 80L Junex FD9C080	4.024,09
Vitrine Frigorífica ORIMA ORCD350	542,99
Arca Congeladora WHIRPOOL WHE 3933	452,34
Computadores Desktop BL-501 Corei5 PCDIGA	1.499,70
Retroprojektor EPSON EB-S41	438,00



## 5. Ativos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, foram os seguintes:

	Software	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>		
Custo de aquisição	57.772,14	57.772,14
Amortizações acumuladas	(57.772,14)	(57.772,14)
<b>Valor líquido</b>	-	-
<b>31 de Dezembro de 2016</b>		
Adições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Amortização - exercício	-	-
Amortização - alienações	-	-
Amortização - transf. e abates	-	-
<b>Valor líquido</b>	-	-
<b>31 de Dezembro de 2017</b>		
Custo de aquisição	57.772,14	57.772,14
Amortizações acumuladas	(57.772,14)	(57.772,14)
<b>Valor líquido</b>	-	-



## 6. Investimentos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos valores dos investimentos financeiros foram os seguintes:

	Fundo de Compensação do Trabalho	Investimentos em subsidiárias	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>			
Valor investimento	1.814,42	12.000,00	13.814,42
Imparidades	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>1.814,42</b>	<b>12.000,00</b>	<b>13.814,42</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>			
Aquisições	2.328,82	-	2.328,82
Alienações	(366,70)	-	(366,70)
Imparidades	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>3.776,54</b>	<b>12.000,00</b>	<b>15.776,54</b>
<b>31 de Dezembro de 2017</b>			
Custo de aquisição	3.776,54	12.000,00	15.776,54
Imparidades	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>3.776,54</b>	<b>12.000,00</b>	<b>15.776,54</b>

As adições de investimentos durante o exercício de 2017 correspondem às contribuições obrigatórias para o Fundo de Compensação do Trabalho.

## 7. Locações

A Entidade a 31 de Dezembro de 2017 não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.



## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 o custo das matérias consumidas foram determinados como segue:

	<b>Materias Primas, Sub. e Consumo</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Existências Iniciais	4.274,13	5.362,48
Compras	300.381,57	304.027,94
Regularizações de Existências	-	-
Existências Finais	(5.162,55)	(4.274,13)
Custo do Exercício	<u>299.493,15</u>	<u>305.116,29</u>

Nos inventários da Instituição constam unicamente géneros alimentícios, utilizados na confeção de refeições para os utentes.

## 9. Rédito

O rédito das vendas e das prestações de serviços é mensurado ao justo valor. Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Mensalidades dos Utentes	661.158,67	636.712,18
Outras Quotas e Joias de Associados	13.529,90	12.273,60
Total Prestações de Serviços	<u>674.688,57</u>	<u>648.985,78</u>

## 10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período findo a 31 de Dezembro de 2017 não foram reconhecidas provisões, nem se deteta a existência de quaisquer passivos contingentes ou ativos contingentes passíveis de divulgação.

## 11. Subsídios

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade reconheceu os seguintes valores nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Subsídios da Segurança Social	1.065.531,22	1.045.712,13
Outras Entidades	524.862,03	497.630,82
Total de Subsídios	<u>1.590.393,25</u>	<u>1.543.342,95</u>



Os subsídios recebidos da segurança social são relativos às transferências ocorridas durante o exercício por parte da Segurança Social como compensação pela prestação de serviços de carácter social de acordo com os acordos quadro.

Os subsídios recebidos das outras entidades são na sua quase totalidade, donativos obtidos das Autarquias para o regular funcionamento da instituição.

## 12. Ativos e Passivos Financeiros

### 12.1. Caixa e equivalentes de caixa

Decomposição das contas de Meios Financeiros Líquidos a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015:

	2017	2016
Caixa	4.144,10	3.841,29
Depósitos à Ordem	189.823,78	142.106,59
Depósitos a Prazo	80.000,00	80.000,00
<i>Total de caixa e equivalentes de caixa</i>	<b>273.967,88</b>	<b>225.947,88</b>

Todos os depósitos são mobilizáveis no curto prazo apresentando-se como ativos correntes.

### 12.2. Créditos a receber e outros ativos correntes

Decomposição das contas de Utentes a 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

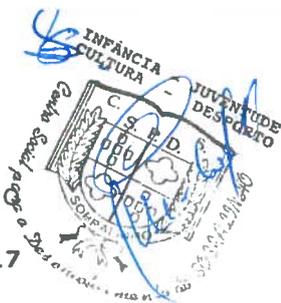
	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Utentes - Mensalidades	40.588,66	130.458,21	171.046,87	28.839,36	122.142,77	150.982,13
Utentes - Quotas	-	-	-	-	-	-
Utentes - Outros	-	-	-	-	-	-
	<u>40.588,66</u>	<u>130.458,21</u>	<u>171.046,87</u>	<u>28.839,36</u>	<u>122.142,77</u>	<u>150.982,13</u>
Ajustamento Utentes		(130.458,21)	(130.458,21)		(122.142,77)	(122.142,77)
<b>Total Clientes</b>	<b>40.588,66</b>	<b>-</b>	<b>40.588,66</b>	<b>28.839,36</b>	<b>-</b>	<b>28.839,36</b>

A entidade no final do exercício procedeu à avaliação dos seus ativos, conducente à verificação de qualquer indício de que algum ativo possa estar com imparidade.



## Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2017



Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, não ocorreram movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ativo não corrente, ocorrendo os seguintes movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ativo corrente:

	2017	2016
<b>A 1 de Janeiro</b>	122.142,77	110.924,59
Aumentos	9.811,29	13.497,15
Utilizações	-	-
Reduções	(1.495,85)	(2.278,97)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>130.458,21</b>	<b>122.142,77</b>

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	50.405,34	3.793,58
Outros Devedores	12.123,14	63.146,06
	<b>62.528,48</b>	<b>66.939,64</b>

### 12.3. Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

	2017	2016
<i>Correntes</i>		
Empréstimo Bancário 1360	7.762,05	10.085,90
Empréstimo Bancário 8428	-	2.965,63
Empréstimo Bancário 0790	3.880,73	3.700,39
Empréstimo Bancário 1439	5.718,89	5.783,26
	<b>17.361,67</b>	<b>22.535,18</b>
<i>Não Correntes</i>		
Empréstimo Bancário 1360	-	7.754,56
Empréstimo Bancário 0790	3.032,77	6.914,12
Empréstimo Bancário 1439	7.632,73	13.351,62
	<b>10.665,50</b>	<b>28.020,30</b>
<b>Total financiamentos</b>	<b>28.027,17</b>	<b>50.555,48</b>

	1 ano	2 a 5 anos	mais 5 anos	Total
Empréstimo Bancário 1360	7.762,05	-	-	7.762,05
Empréstimo Bancário 0790	3.880,73	3.032,77	-	6.913,50
Empréstimo Bancário 1439	5.718,89	7.632,73	-	13.351,62
	<b>17.361,67</b>	<b>10.665,50</b>	-	<b>28.027,17</b>



Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	Taxa de Juro Média
Empréstimo Bancário 1360	3,6360%
Empréstimo Bancário 0790	4,7940%
Empréstimo Bancário 1439	4,0000%

#### 12.4. Fornecedores e outros passivos correntes

A rubrica "Fornecedores e *outros passivos correntes*" desdobra-se da seguinte forma:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores investimentos</b>						
Fornecedores gerais	-	-	-	-	-	-
<b>Pessoal</b>	1.726,84	-	1.726,84	1.462,38	-	1.462,38
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos	6.207,96	-	6.207,96	486,36	-	486,36
<b>Acréscimos de gastos</b>						
Credores por acréscimos de gastos	206.837,97	-	206.837,97	181.244,89	-	181.244,89
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>214.772,77</b>	-	<b>214.772,77</b>	<b>183.193,63</b>	-	<b>183.193,63</b>

A rubrica de credores por acréscimos de gastos respeita ao acréscimo efetuado relativo ao vencimento do mês de férias e subsídio de férias (incluindo a respetiva Segurança Social da entidade patronal) dos trabalhadores da instituição, a gozar no ano seguinte mas que dizem respeito ao ano corrente em que o direito é adquirido e outros acréscimos de gastos relacionados com Fornecimentos e Serviços Externos consumidos em 2017, mas só pagos em 2018.

### 13. Gastos com Pessoal e benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016 manteve-se inalterado. Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os seus estatutos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2017 foi de 110 e em 31 de dezembro de 2016 foi de 105.



## Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2017



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2017	2016
Remunerações Orgãos Sociais	-	-
Remunerações Pessoal	1.202.561,18	1.121.825,97
Indemnizações	1.808,40	1.754,06
Encargos sobre remunerações	259.514,49	235.726,61
Seguros de Acidentes de Trabalhos e Doenças Profissionais	21.047,03	16.956,04
Outros Gastos	9.212,76	15.099,70
<i>Total dos Gastos com Pessoal</i>	<b>1.494.143,86</b>	<b>1.391.362,38</b>

### 14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

	2017	2016
<i>Gastos a Reconhecer</i>		
- Seguros	10.128,58	11.327,87
- Outros Gastos a Reconhecer	8.279,00	2.034,63
	<b>18.407,58</b>	<b>13.362,50</b>
<i>Rendimentos a Reconhecer</i>		
- Mensalidades	13.792,13	9.121,31
- Subsídios	-	-
- Donativos	-	-
	<b>13.792,13</b>	<b>9.121,31</b>



## 15. Fundos Patrimoniais

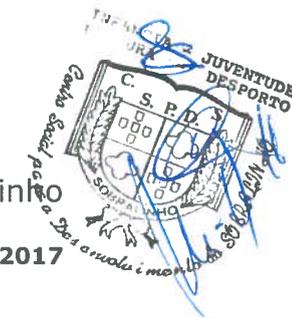
Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N: 01/01/2016	90.323,01	255.455,58	16.965,17	362.743,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		16.965,17	-16.965,17	
	-	16.965,17	-16.965,17	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			-9.135,88	-9.135,88
RESULTADO EXTENSIVO			-26.101,05	-9.135,88
	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N: 31/12/2016	90.323,01	272.420,75	-9.135,88	353.607,88
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N: 01/01/2017	90.323,01	272.420,75	-9.135,88	353.607,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-9.135,88	9.135,88	
	-	-9.135,88	9.135,88	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			-16.378,55	-9.135,88
RESULTADO EXTENSIVO			-7.242,67	-9.135,88
	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N: 31/12/2017	90.323,01	263.284,87	-16.378,55	337.229,33

## 16. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	2017	2016
Ativo		
- IVA a restituir	12.840,43	12.631,43
	<b>12.840,43</b>	<b>12.631,43</b>
Passivo		
- Retenções IRS	7.835,48	7.017,55
- Segurança Social	28.957,06	25.679,51
	<b>36.792,54</b>	<b>32.697,06</b>



## 17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	2017	2016
6221 Serviços Especializados	26.191,85	24.752,80
6222 Publicidade e Propaganda	1.513,49	1.941,13
6223 Vigilância e Segurança	2.932,94	2.509,02
6224 Honorários	186.713,78	174.408,35
6226 Conservação e reparação	28.731,11	34.596,21
6231 Ferram.utens.desg.rap.	15.914,13	16.949,86
6232 Livros e Documentação Técnica	-	-
6233 Material Escritório	5.444,34	5.493,67
6234 Artigos p/ Oferta	-	-
62381 Material Didactico	7.979,71	8.613,86
62382 Material de Desporto	460,01	225,09
6241 Electricidade	28.604,66	26.937,15
62421 Combustiveis	12.049,31	11.430,92
62423 Gas	10.994,60	9.231,47
6243 Agua	10.223,21	9.963,00
6251 Deslocações Estadas	1.372,14	1.073,52
6261 Rendas e alugueres	56.951,90	44.049,04
6262 Despesas comunicação	11.710,80	7.672,50
6263 Seguros	19.372,39	16.291,61
6265 Contencioso e notariado	186,50	-
6266 Despesas de Representação	189,20	110,15
6267 Limpeza,Hig.e Conforto	20.732,05	25.644,42
6268 Outros Serviços	27.610,39	39.135,48
<b>Total dos Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>475.878,51</b>	<b>461.029,25</b>

## 18. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares	53.513,51	40.909,23
Descontos de pronto pagamento obtidos	13,38	1,70
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	-	500,00
Outros Rendimentos e Ganhos	64.661,97	99.452,89
	<b>118.188,86</b>	<b>140.863,82</b>



## 19. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2017	2016
Impostos	505,18	0,72
Outros Gastos e Perdas	57.132,62	97.769,41
Comissões pagas a bancos (recebimentos de utentes)	2.891,10	5.345,02
	<b>60.528,90</b>	<b>103.115,15</b>

## 20. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2017	2016
<i>Juros e gastos similares suportados</i>		
- Juros Suportados	1.565,00	2.311,76
	<b>1.565,00</b>	<b>2.311,76</b>
<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i>		
- Juros obtidos	30,38	465,38
- Dividendos obtidos	5,08	-
	<b>35,46</b>	<b>465,38</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(1.529,54)</b>	<b>(1.846,38)</b>

## 21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



## Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2017

### 22. Acontecimentos após a data do Balanço

---

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 6 de Março de 2018.

Sobralinho, 7 de Março de 2018

A Direção

O Contabilista Certificado